

Comunicação Interna nº 13 / DADM - SERVIÇOS GERAIS - COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Em 10 de março de 2022.

De: COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Para: Maria Amalia Borges Franco

Assunto: Dispensa de licitação para contratação de Perícia Contábil Previdenciária.

Prezada Diretora,

Solicito autorização de dispensa de licitação para contratação de perícia contábil previdenciária para atender a Solicitação Ministerial SIMP 19.09.02347.0014949/2021-88 da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor para instrução de Inquérito Civil 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ª PJC.

Sued Almeida de Cerqueira

Gerente

Coordenação de Serviços Gerais

71-3103-0150/0151/0152

Digite aqui o conteúdo da comunicação interna ...



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Naster Bandeira de Mello** em 10/03/2022, às 09:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0310032** e o código CRC **A0D7E89A**.

Formulário para Solicitação de Autorização de Dispensa de Licitação

Unidade:

Coordenação de serviços Gerais

Objeto:

Contratação de perícia contábil na área previdenciária

Enquadramento do Objeto:

Prestação de Serviços

Indicação da Necessidade para a Contratação:

Auxiliar na instrução de IC em trâmite na 3ªPJC

Fundamentação Legal - Lei Nº 9.433/05, art. 59, inciso

I-Para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mes:

Não

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de:

Sim

Outros (especificar):

-

PROPOSTAS APRESENTADAS

Proposta 1:

1-Item:

Perícia contábil e atuarial, na área de direito previdenciário

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

Patrícia Lorena Katz Villa Flor de Lucena

1-Valor Total (R\$):

14.812,88

Proposta 2:

2-Item:

Perícia contábil e atuarial, na área de direito previdenciário

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

Boaventura Contabilidade Ltda

2-Valor Total (R\$):

24.200,00

Proposta 3:

3-Item:

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Valor Total (R\$):

-
FORNECEDOR(es) SELECIONADO(s)

1-Fornecedor (Nome / Razão Social):

Patrícia Lorena Katz Villa Flor de Lucena

1-Endereço:

R das Araras,147, ap 803, Edf. Ibiraúna, Cond. Residencial Quintas do Imbui, Salvador

1-CPF/CNPJ:

537.094.205-63

1-Valor (R\$):

14.812,88

2-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

2-Endereço:

-

2-CPF/CNPJ:

-

2-Valor (R\$):

-

3-Fornecedor (Nome / Razão Social):

-

3-Endereço:

-

3-CPF/CNPJ:

-

3-Valor (R\$):

-



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Naster Bandeira de Mello** em 10/03/2022, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sued Almeida de Cerqueira** em 10/03/2022, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0309746** e o código CRC **95422C73**.



1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto Contratação de perícia externa na área previdenciária para fins de instrução do INQUÉRITO CIVIL nº 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ªPJC Observação: Detalhamento dos itens que compõem o objeto constam na tabela 1 do ANEXO I (indicado ao final do documento).	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> DAS TRÊS OPÇÕES (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA Observação:
	<input type="checkbox"/>	D) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	Contratação de perícia externa na área previdenciária, para instrução do INQUÉRITO CIVIL nº 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ªPJC, em virtude do CEAT não estar fazendo mais este procedimento.	
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO(S) DEFINIDO(S)</u>	Não se aplica, pois se refere a serviço pericial na área previdenciária.	
	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO



1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (<i>Marcar com X</i>):	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo: <i>Não se aplica</i>	
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:	
2. FUNDAMENTO LEGAL		
2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (<i>Marcar com X</i>):	()	A) Artigo 59, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
	(x)	B) Artigo 59, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
	()	C) OUTROS
3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO		
3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO () A SIM (x) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)	
3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO: () Empreitada por preço (X) Empreitada por preço global () Outro:	
	3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO: ➤ 03 dias (X) Úteis () Corridos. ➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail. 3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO	



3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

➤ 60 dias () Úteis (x) Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

() A) NÃO

(x)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até 15 dias () Úteis (x) Corridos

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3ª Promotoria de Justiça do Consumidor na Sede Nazaré.

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

➤ Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) NÃO (x) B) SIM

➤ Unidade responsável: 3ª PJC

➤ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (071) 31036810 e
pjconsumidor@mpba.mp.br

➤ Dias para realização da entrega dos serviços: 2ª a 6ª feira

➤ Horários para execução: 08:00 às 18:00hs

➤ Condições especiais adicionais:

Não se aplica



	(x)	A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA
3.3 GARANTIA DO OBJETO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):	(x)	<p>B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) CONTRATADA (Regra geral)</p> <p>() B) FABRICANTE (Exceção)</p> <p>➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):</p> <p>➤ DURAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) 01 ANO</p> <p>(x) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)</p> <p>() C) OUTRO. Especificar:</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas</p> <p>(X) B) 02 DIAS (X) Úteis () Corridos</p> <p>➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) SIM</p> <p>(x) B) NÃO</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)</p> <p>() C) On site, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).</p> <p>Regras:</p> <ul style="list-style-type: none">Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

		() D) Outra. Especificar: ➤ DEMAIS REGRAMENTOS:
3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO *	3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 02 dias (x) Úteis () Corridos	
	3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 02 dias (x) Úteis () Corridos	
	3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor, Sede Nazaré.	
	3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>): () A) NÃO SE APLICA (X) B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas (x) 03 DIAS (x) Úteis () Corridos	
	DEMAIS REGRAMENTOS: 3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho. 3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo; 3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005; 3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.	
	3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA	(x)
()		B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS. ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:



OPÇÃO (Marcar com X):	
3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):
	<input checked="" type="checkbox"/> A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
	<input type="checkbox"/> B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA
	<input type="checkbox"/> C) PAGAMENTO PARCELADO: ➤ Quantidade de parcelas: ➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):
	<input type="checkbox"/> C) PAGAMENTO MENSAL
	<input type="checkbox"/> D) OUTRA:
	3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):
	<input type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA
	<input type="checkbox"/> B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:
	3.6.3 DEMAIS REGRAS: 3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada; 3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização; 3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado; 3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a



	<p>legislação vigente;</p> <p>3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.</p>	
<p>3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL</p> <p>ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):</p>	<p>(x)</p>	<p>A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS</p>
	<p>()</p>	<p>B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar:➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;
<p>3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS *</p>	<p>3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p>	
	<p>(x)</p>	<p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</p> <ul style="list-style-type: none">➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () Opção 1: contados do recebimento do empenho pelo fornecedor (X) Opção 2: 60 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor



	<p>()</p>	<p>B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</p> <p>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):</p> <p>3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <table border="1"><tr><td data-bbox="300 1227 419 1301">(x)</td><td data-bbox="419 1227 1524 1301">A) NÃO</td></tr><tr><td data-bbox="300 1301 419 1415">()</td><td data-bbox="419 1301 1524 1415">B) SIM.</td></tr></table>	(x)	A) NÃO	()	B) SIM.
(x)	A) NÃO					
()	B) SIM.					
<p>3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA*</p>	<p>OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;</p> <p>3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;</p> <p>3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);</p> <p>3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;</p>					



3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contra;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(x) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.



	<input type="checkbox"/>	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE*	OBRIGAÇÕES GERAIS 3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado; 3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento; 3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual; 3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; 3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.	
	OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):	
	<input type="checkbox"/>	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	<input type="checkbox"/>	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: Não se aplica
3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	<input type="checkbox"/>	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	<input type="checkbox"/>	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: () 5% (cinco por cento) <u>OU</u> () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor unitário	Valor total por item
1	Estudo do processo	horas	4	350,00	1.400,00
2	Elaboração da cotação de preço		0,5	350,00	175,00
3	Levantamento das tabuas atuariais		4	350,00	1.400,00
4	Elaboração das planilhas de atualizações monetárias		8	350,00	2.800,00
5	Ínculo da previsão dos valores de benefício inicial		4	350,00	1.400,00
6	Elaboração das planilhas de atualizações monetárias		6	350,00	2.100,00
7	Elaboração do Parecer/Laudo final		2	350,00	700,00
Valor Total dos itens					14.812,88

1.2 DETALHAMENTO – PRESTAÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):

Ofício nº 1770/2021 - PJC
Referência: IC nº 003.9.105890/2021 – 3ª PJC

Salvador/BA, 08 de setembro de 2021

À
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Exma. Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
E-mail: pgj@mpba.mp.br

Exma. Senhora Procuradora Geral de Justiça,

Sirvo-me do presente para requerer a V.Exa. que se digne a autorizar a contratação de perícia externa na área previdenciária para fins de instrução do INQUÉRITO CIVIL nº 003.9.105890/2021 em trâmite nesta Promotoria.

Tal requerimento é justificado tendo em vista a repercussão do caso a nível nacional, onde são atingidos cerca de 8.500 consumidores, contratantes da plano de previdência privada BRASILPREV e, ainda, a complexidade do caso e a falta de condições de realizar a perícia pela CEAT, conforme resposta que se junta ao presente.

Demostramos que promovemos o contato com o CEAT no sentido de nos informar a possibilidade de realização da perícia acerca dos possíveis prejuízos trazidos pela Empresa investigada, quando, de forma unilateral, alterou as cláusulas contratuais impedindo o realização de aportes extras pelos consumidores, informando, pois , quais os impactos de tal medida nos contratos vigentes há mais de vinte anos. Entretanto, o órgão de perícia nos informou da impossibilidade de realizar a análise solicitada e responder a possíveis questionamentos.

Ante tal situação, solicitamos a V.Exa. que se digne autorizar a contratação de perícia externa na área previdenciária para análise do caso e subsidiar a atuação ministerial.

Com os mais elevados protestos de respeito e consideração.

THELMA LEAL DE OLIVEIRA
PROMOTORA DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
Avenida Joana Angélica, 1312, Nazaré, Sala 224, 2º andar, Salvador/Bahia, CEP 40.050-001
TEL.: (71) 3103-6810



3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR
INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.105890/2021

Apesar dos esforços empreendidos na busca por cotação de preços de vários profissionais, apenas obtivemos êxito com 02(dois) deles: Sr. MIGUEL ÂNGELO NERY BOAVENTURA – CRCBA06.606/O-2 ; e Patrícia Lucena, Perita e Consultora Contábil CRC/BA: 031168/O-6. Os respectivos orçamentos para realização da perícia contábil solicitada encontram-se disponíveis nos autos.

Ante o exposto, determino:

1. Oficie-se o Senhor Superintendente do Ministério Público, , com cópia dos orçamentos encaminhados por Sr. MIGUEL ÂNGELO NERY BOAVENTURA – CRCBA06.606/O-2 ; e Patricia Lucena, Perita e Consultora Contábil CRC/BA: 031168/O-6, para juntada ao processo SEI nº 19.09.02347.0014949-2021- 88. Ressalte que esta promotoria aguarda deliberação acerca da solicitação de autorização para contratação de perícia externa na área previdenciária - FUNDO DE PENSÃO, tendo em vista a impossibilidade da Central de Apoio Técnico - CEAT em realizá-la.
2. Após encaminhado o referido ofício, Mantenha-se o feito no armário a fim de aguardar a resposta, por trinta dias.

Salvador, 13 de dezembro de 2021.

THELMA LEAL DE OLIVEIRA

3ª Promotoria de Justiça do Consumidor



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



NOME: **Patrícia Lorena Katz Villa Flor de Lucena**

ENDEREÇO: Rua das Araras, nº 147, apart 803, Edf. Ibiraúna, Condomínio Residencial Quintas do Imbui, Salvador Bahia, CEP nº 41.720-010.

CPF: [REDACTED]

PIS/PASEP: [REDACTED]

TEL: [REDACTED]

ORÇAMENTO

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia

Coordenação de Serviços Gerais

Att: Sr. Sued Almeida

Prezado Senhor,

Segue abaixo o orçamento solicitado, conforme discriminação abaixo:

<i>Descrição</i>	<i>Quantidade (em horas)</i>	<i>Valor unitário (R\$)</i>	<i>Valor total (R\$)</i>
Estudo do processo	4	350,00	1.400,00
Elaboração da cotação de preço	0,5	350,00	175,00
Levantamento das tabuas atuariais	4	350,00	1.400,00
Elaboração das planilhas de atualizações monetárias	8	350,00	2.800,00
Cálculo da previsão dos valores de benefício inicial	4	350,00	1.400,00
Elaboração das planilhas de atualizações monetárias	6	350,00	2.100,00
Elaboração do Parecer/Laudo final	2	350,00	700,00
TOTAL			14.812,88

Condições Comerciais:

Validade da Proposta: **90 (noventa) dias**

Prazo de Execução de Serviço: **60 (sessenta) dias corridos**

Obs.: o prazo inicia-se na data em que for entregue toda documentação necessária a execução da perícia.

Salvador/Ba, 03 de março de 2022

Atenciosamente,

Patrícia Lorena Katz Villa Flor de Lucena

CPF nº: [REDACTED]

R\$ 53,30

VENCIMENTO

20/02/2022

EMIÇÃO: 02/02/2022

POSTAGEM: 10/02/2022

FATURA: 4654549677

PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCEN

CLIENTE: 1.67857962

CPF/CNPJ

ACESSO: 71 4141-0684

DÉBITO AUTOMÁTICO: 00000009122135803019

IMPORTANTE PARA PATRICIA

A Intelig Telecomunicações LTDA, comunica a alteração de sua Razão Social para "TIM S.A.", não acarretando qualquer alteração no provimento dos serviços atualmente contratados.

RESUMO DA SUA CONTA DE 01/JAN A 31/JAN

Serviços TIM S.A.	VALOR
TIM FIXO BRASIL TOTAL PLUS	R\$ 52,35
COBRANÇAS DE OUTRAS OPERADORAS	R\$ 0,95

VEJA ABAIXO O RESUMO DA SUA CONTA PARA O NÚMERO: 71 4141-0684

MENSALIDADES

Vantagens que seu plano oferece

	FRANQUIA	CONSUMO	QUANTIDADE	Nº DIAS	PERÍODO	VALOR
TIM FIXO BRASIL TOTAL PLUS	Ilimitado	188m36s	1	31	01/01 a 31/01	52,35
TIM Portal CONTEUDO GOLD	-	-	1	31	01/01 a 31/01	Incluído
Total de Mensalidades						52,35

CHAMADAS DENTRO DA REDE TIM

Todas as suas ligações de voz realizadas na área coberta pela Rede TIM

	FRANQUIA	CONSUMO	QUANTIDADE	Nº DIAS	PERÍODO	VALOR
Chamadas Locais de Fixo para Celulares TIM	-	03m48s	1	-	-	0,00
Chamadas Locais de Fixo para Outros Celulares	-	57m18s	1	-	-	0,00
Chamadas Locais de Fixo para Outros Telef. Fixos	-	107m54s	18	-	-	0,00

MAIS DETALHES DA SUA CONTA

CONTA DIGITAL TIM

Você pode ver sua conta detalhada sempre que desejar, com toda a comodidade e segurança, no Site Meu TIM. Para acessá-la, visite www.meutim.com.br. Central de Atendimento: 10341

Mude para Conta Digital! Você receberá sua fatura por e-mail, SMS e ainda poderá visualizá-la, a qualquer momento, pelo Site Meu TIM. Visite meutim.com.br para mudar para Conta Digital!

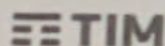
IMPÓSTO TIM S.A.	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	VALOR	FUST.	R\$ 0,26
ICMS	20%	R\$ 254,5	R\$ 50,90	FUNTEL	R\$ 0,33
PIS/COFINS - Serviço Telecom	2,00%				
PIS/COFINS - Serviço Não Telecom	0,65%	R\$ 34,90	R\$ 0,23		

Em atendimento à Lei 12.740/2012
As contribuições de FUST (2%) e FUNTEL (0,33%) não são repassadas ao cliente

Informações Complementares - Plano(s) e Serviços de Valor Adicionado (SVA)

(Incluído no(s) Plano(s))

Fransquia	R\$ 37,45
SVA	R\$ 14,90
Descontos Fransquia	R\$ 0,00
Descontos SVA	R\$ 0,00



Para sua comodidade e praticidade, cadastre sua conta agora mesmo em débito automático. Acesse o site ou app Meu TIM para ativação e mais informações: meutim.com.br

NOME DO CLIENTE

PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCEN

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO
00000009122135803019

MÊS DE REFERÊNCIA
FEV/2022

DATA DE EMISSÃO
02/02/2022

DATA DE VENCIMENTO
20/02/2022

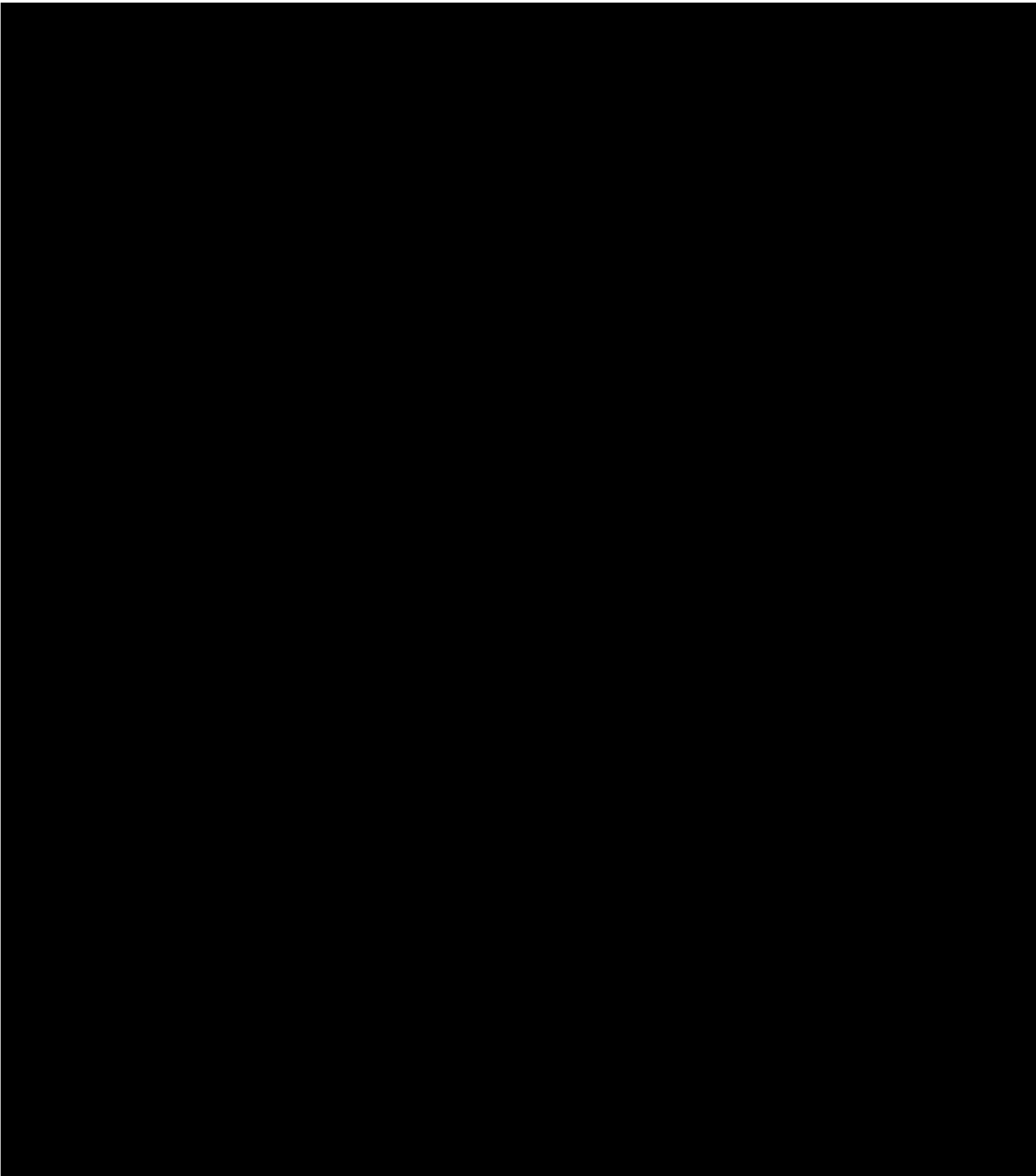
VALOR
R\$ 53,30

84630000000-3 53300109011-7 00465454967-8 70122135803-2



PAGUE COM PIX



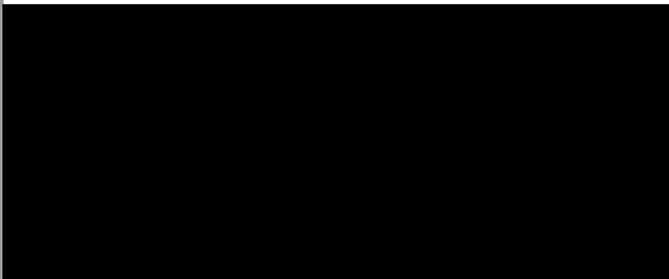






CERTIFICADO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nome: PATRICIA LORENA KATZ VILLA-FLOR DE LUCENA



"Certifico que o requerente acima qualificado **NÃO** registra antecedentes criminais até a presente data no Centro de Documentação e Estatística Policial (CEDEP), da Polícia Civil".

IMPORTANTE:

Este certificado é válido somente com a apresentação da cédula de Identidade expedida pelo Instituto de Identificação Pedro Melo/DPT/SSP.

Este certificado foi emitido **Quinta-feira, 3 de março de 122 às 11:54 AM** e está disponível para consulta no endereço http://www.ba.gov.br/antecedentes/validar_atestado.asp, informando o código

8DDC981D-F735-4A0C-B52E-42127E1C3F3B

Obs: Este certificado tem validade até a data **01/06/2022**

NOME: BOAVENTURA CONTABILIDADE LTDA.
ENDEREÇO: RUA COMANDANTE ALMIRO, 444 – CENTRO – FEIRA DE SANTANA-BAHIA CEP:44.001-456
CNPJ: 45.055.276/0001-05
PIS/PASEP:
TEL: (75)3623-0777 – (75) 99133-7468

ORÇAMENTO

Ao

Ministério Público do Estado da Bahia

Coordenação de Serviços Gerais

Att: Sr. Sued Cerqueira

Prezado Senhor ,

Segue abaixo o orçamento solicitado, conforme discriminação abaixo:

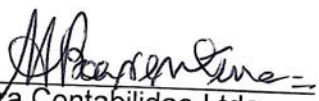
DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Realização de perícia Judicial	01	R\$24.200,00	R\$24.200,00

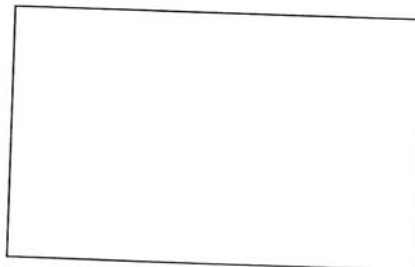
Condições Comerciais:

1. Validade da Proposta: **90 dias**
2. Prazo de Execução de Serviço: 30(trinta) dias

Feira de Santana, 07 de março de 2022.

Atenciosamente,


Boaventura Contabilidade Ltda.
Miguel Angelo Nery Boaventura-CRCBA06.606/O-2



Carimbo de CNPJ



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente para a Diretoria Administrativa, informando que serão fiscal e suplente respectivamente os servidores Hebert Rodrigo Pereira Gaspar, Mat.: 353209 e Jussara Santana Tibúcio, Mat.: 353751.

Atenciosamente;

Ricardo Naster

Coordenação de Serviços Gerais



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Naster Bandeira de Mello** em 11/03/2022, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0311282** e o código CRC **A5AD3288**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Encaminhe-se à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa - CEOA, para informar o saldo orçamentário.

EUNICE GONÇALVES LEÃO
Oficial Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Eunice Gonçalves Leão dos Santos** em 11/03/2022, às 16:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0312106** e o código CRC **8A223DA2**.

Formulário de Informações Orçamentárias

Projeto / Ação / Atividade (número e nome):

2000 - Manutenção de Serviços Técnicos e Administrativos

Código da Unidade Orçamentária:

40101

Código da Unidade Gestora:

0003

Saldo Orçamentário:

R\$ 1.233.137,30

Natureza da Despesa:

33.90.36.00

Responsável pela Informação:

JESSICA SIQUEIRA SOUZA

Responsável pela Unidade Gestora:

MARIA AMALIA BORGES FRANCO

Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):

22/2022-DADM



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 14/03/2022, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador 0312343 e o código CRC 189771AB.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À Diretoria Administrativa,

Segue informações orçamentárias, conforme consulta ao FIPLAN/PLAN60, para autorização da despesa conforme documento 0309746:

PAOE: 2000 - Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo

Unidade Orçamentária: 40.101 - Superintendência de Gestão Administrativa - Superintendência

Unidade Gestora: 0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público

Região/Fonte: 9900 - Estado / 0100 - Destinação

Elemento de despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Saldo de dotação: R\$ 1.233.137,30



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Siqueira Souza** em 14/03/2022, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0312344** e o código CRC **EDABEB0A**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

À DCCL - Coordenação de elaboração e acompanhamento de contratos e convênios,

Pelos motivos expostos no Documento de Oficialização de Demanda (0310024), da Coordenação de Serviços Gerais, bem como por haver disponibilidade orçamentária, conforme consta no Formulário de informações orçamentárias (0312343), esta Diretoria está de acordo com a referida despesa.

Para fiscalização contratual, serão indicados os servidores a seguir:

- Fiscal: Hebert Rodrigo Pereira Gaspar, matrícula 353.209;
- Suplente: Jussara Santana Tibúcio, matrícula 353.751.

Maria Amalia Borges Franco
Diretora Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Maria Amalia Borges Franco** em 16/03/2022, às 11:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0314343** e o código CRC **A4921AA6**.

DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à **Coordenação de Serviços** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento em geral:

1. Ausência de justificativa da impossibilidade de apresentação de pelo menos 03 (três) orçamentos, conforme estabelece o item 3.1.2 do Anexo I - Base de Conhecimento - Dispensa de Licitação - Nova Versão.pdf;
2. O orçamento 0307732 diversos itens listados da descrição do serviço a ser contratado. Considerando que esta Coordenação não tem expertise técnica para assegurar que os itens descritos contemplam integralmente o objeto a ser contratado, qual seja: serviços de perícia contábil na área previdenciária, solicitamos inclusão de manifestação por parte da Unidade Demandante no sentido de certificar que os serviços listados atendem à demanda institucional pretendida com a contratação;
3. No orçamento 0309689, a descrição dos serviços (realização de perícia judicial) diverge em relação à descrição do objeto contido tanto no Formulário de Dispensa de Licitação quanto no Documento de Oficialização da Demanda. Considerando que esta Coordenação não tem expertise técnica para assegurar que se tratam dos mesmos serviços, solicitamos inclusão de manifestação por parte da Unidade Demandante no sentido de certificar que os serviços são semelhantes e atendem à demanda institucional pretendida com a contratação;
4. Ausência de certidão conjunta negativa de débitos junto à Receita Federal, conforme estabelece o item 3.4.2 do Anexo I - Base de Conhecimento - Dispensa de Licitação - Nova Versão.pdf.

No Documento de Oficialização da Demanda:

1. Item 1.5 relativo à "Indicação de modelo e/ou marca obrigatórios": solicitamos assinalar a opção "SIM" ou "NÃO";
2. Item 3.3 relativo à "Garantia do Objeto": foram assinaladas as opções "A" e "B". Solicitamos escolher apenas UMA opção;
3. Item 3.6.2 relativo à "Condições especiais para efetivação do pagamento": não foi assinalada nenhuma das opções. Solicitamos assinalar a opção "A" ou "B";
4. Item 3.8.1 relativo à "Definição de vigência da contratação": o prazo de vigência da contratação está incompatível com os prazos definidos para execução e recebimento, mostrando-se insuficiente a abranger todos os atos relacionados com a execução contratual. Esclarecemos, neste sentido, que a vigência da contratação deve ser suficiente a abranger os prazos de retirada do empenho, execução, recebimento e pagamento (deve minimamente corresponder à soma destes prazos);
5. Item 3.10 relativo à "Obrigações Específicas do Contratante": não foi assinalada nenhuma das opções. Solicitamos assinalar a opção "A" ou "B".

Por fim, solicitamos informar se todos os orçamentos apresentados foram feitos para contratação com pessoa física. Registra-se, ainda, que a pesquisa de mercado deverá ser feita apenas com Prestadores de serviço com mesma natureza jurídica (pessoa física ou pessoa jurídica).

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 16/03/2022, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0315193** e o código CRC **D3087B7F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Considerando o quanto solicitado no despacho do DCCL, requerendo: "O orçamento 0307732 diversos itens listados da descrição do serviço a ser contratado. Considerando que esta Coordenação não tem expertise técnica para assegurar que os itens descritos contemplam integralmente o objeto a ser contratado, qual seja: serviços de perícia contábil na área previdenciária, solicitamos inclusão de manifestação por parte da Unidade Demandante no sentido de certificar que os serviços listados atendem à demanda institucional pretendida com a contratação", informo que a descrição do orçamento atende ao pretendido por esta Promotoria.

No que se refere à ausência de três orçamentos, informamos que empreendemos todos os esforços possíveis, como pode ser vislumbrado no IC a que se refere e não logamos êxito em obter três orçamentos.

Por fim solicitamos a conclusão do expediente, informando, ainda, que não proferimos manifestação tempo anterior por nos encontrarmos em gozo de férias.



Documento assinado eletronicamente por **Thelma Leal de Oliveira** em 28/03/2022, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0324261** e o código CRC **1766BC39**.



DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à **Coordenação de Serviços** informando que, após nova análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento em geral:

1. Ausência de certidão conjunta negativa de débitos junto à Receita Federal, conforme estabelece o item 3.4.2 do Anexo I - Base de Conhecimento - Dispensa de Licitação - Nova Versão.pdf.

No Documento de Oficialização da Demanda:

1. Item 1.5 relativo à "Indicação de modelo e/ou marca obrigatórios": solicitamos assinalar a opção "SIM" ou "NÃO";
2. Item 3.3 relativo à "Garantia do Objeto": foram assinaladas as opções "A" e "B". Solicitamos escolher apenas UMA opção;
3. Item 3.6.2 relativo à "Condições especiais para efetivação do pagamento": não foi assinalada nenhuma das opções. Solicitamos assinalar a opção "A" ou "B";
4. Item 3.8.1 relativo à "Definição de vigência da contratação": o prazo de vigência da contratação está incompatível com os prazos definidos para execução e recebimento, mostrando-se insuficiente a abranger todos os atos relacionados com a execução contratual. Esclarecemos, neste sentido, que a vigência da contratação deve ser suficiente a abranger os prazos de retirada do empenho, execução, recebimento e pagamento (deve minimamente corresponder à soma destes prazos);
5. Item 3.10 relativo à "Obrigações Específicas do Contratante": não foi assinalada nenhuma das opções. Solicitamos assinalar a opção "A" ou "B".

Por fim, solicitamos informar se todos os orçamentos apresentados foram feitos para contratação com pessoa física. Registra-se, ainda, que a pesquisa de mercado deverá ser feita apenas com Prestadores de serviço com mesma natureza jurídica (pessoa física ou pessoa jurídica).

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Após realização dos ajustes identificados, retorne a esta Unidade.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 30/03/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 30/03/2022, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0324296** e o código CRC **3287D9DE**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCENA

CPF: [REDACTED]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:22:27 do dia 01/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/09/2022.

Código de controle da certidão: **8CC6.4521.8FE2.966E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	Especificação do Objeto Contratação de perícia externa na área previdenciária para fins de instrução do INQUÉRITO CIVIL nº 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ªPJC Observação: Detalhamento dos itens que compõem o objeto constam na tabela 1 do ANEXO I (indicado ao final do documento).	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> DAS TRÊS OPÇÕES <i>(Marcar com X):</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA Observação:
	<input type="checkbox"/>	D) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA: <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	Contratação de perícia externa na área previdenciária, para instrução do INQUÉRITO CIVIL nº 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ªPJC, em virtude do CEAT não estar fazendo mais este procedimento.	
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>QUANTITATIVO(S) DEFINIDO(S)</u>	Não se aplica, pois se refere a serviço pericial na área previdenciária.	
	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO



1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (Marcar com X):	1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo: Não	
	1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:	
2. FUNDAMENTO LEGAL		
2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO* (Marcar com X):	()	A) Artigo 59, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para obras e serviços de engenharia de valor não excedente a 10% (dez por cento) do limite previsto para modalidade de convite, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
	(x)	B) Artigo 59, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005 - para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
	()	C) OUTROS
3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO		
3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL	3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO () A SIM (x) B NÃO (FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO)	
3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO: () Empreitada por preço (X) Empreitada por preço global () Outro:	
	3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO: ➤ 03 dias (X) Úteis () Corridos. ➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail. 3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO	



3.2 REGRAS DE
EXECUÇÃO
CONTRATUAL

➤ 60 dias () Úteis (x) Corridos

➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.

3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

() A) NÃO

(x)

B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.

➤ Por até 15 dias () Úteis (x) Corridos

3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3ª Promotoria de Justiça do Consumidor na Sede Nazaré.

3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

➤ Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

() A) NÃO (x) B) SIM

➤ Unidade responsável: 3ª PJC

➤ Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (071) 31036810 e
pjconsumidor@mpba.mp.br

➤ Dias para realização da entrega dos serviços: 2ª a 6ª feira

➤ Horários para execução: 08:00 às 18:00hs

➤ Condições especiais adicionais:

Não se aplica



	(x)	A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA
3.3 GARANTIA DO OBJETO ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):	()	<p>B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) CONTRATADA (Regra geral)</p> <p>() B) FABRICANTE (Exceção)</p> <p>➤ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):</p> <p>➤ DURAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) 01 ANO</p> <p>() B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)</p> <p>() C) OUTRO. Especificar:</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) _____ HORAS () Úteis () Corridas</p> <p>(X) B) 02 DIAS (X) Úteis () Corridos</p> <p>➤ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) SIM</p> <p>() B) NÃO</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)</p> <p>() C) On site, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).</p> <p>Regras:</p> <ul style="list-style-type: none">Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de "Executor" acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

		() D) Outra. Especificar: ➤ DEMAIS REGRAMENTOS:
3.4 CONDIÇÕES E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO *	3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: 02 dias (x) Úteis () Corridos	
	3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: 02 dias (x) Úteis () Corridos	
	3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor, Sede Nazaré.	
	3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (<i>Marcar com X</i>): () A) NÃO SE APLICA (X) B) PRAZO: () _____ HORAS () Úteis () Corridas (x) 03 DIAS (x) Úteis () Corridos	
	DEMAIS REGRAMENTOS: 3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho. 3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo; 3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005; 3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.	
	3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA	(x)
	()	B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS. ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:



OPÇÃO (Marcar com X):	
3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):
	<input checked="" type="checkbox"/> A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
	<input type="checkbox"/> B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA
	<input type="checkbox"/> C) PAGAMENTO PARCELADO: ➤ Quantidade de parcelas: ➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):
	<input type="checkbox"/> C) PAGAMENTO MENSAL
	<input type="checkbox"/> D) OUTRA:
	3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):
	<input checked="" type="checkbox"/> A) NÃO SE APLICA
	<input type="checkbox"/> B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:
	3.6.3 DEMAIS REGRAS: 3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada; 3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização; 3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado; 3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a



	<p>legislação vigente;</p> <p>3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.</p>	
<p>3.7 POSSIBILIDADE OU NÃO DE REAJUSTAMENTO, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICE OFICIAL</p> <p>ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO * (Marcar com X):</p>	<p>(x)</p>	<p>A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS</p>
	<p>()</p>	<p>B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. <u>Regras:</u></p> <ul style="list-style-type: none">➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () A) INPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar:➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;
<p>3.8 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS *</p>	<p>3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p>	
	<p>(x)</p>	<p>A) CONTRATAÇÕES <u>SEM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</p> <ul style="list-style-type: none">➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X): () Opção 1: contados do recebimento do empenho pelo fornecedor (X) Opção 2: 90 dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor



	<p>()</p>	<p>B) CONTRATAÇÕES <u>COM</u> INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO</p> <p>➤ ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() Opção 1: _____ meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>() Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <p>() A) Data certa: ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico</p> <p>➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso):</p> <p>3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</p> <table border="1"><tr><td data-bbox="300 1227 419 1301">(x)</td><td data-bbox="419 1227 1524 1301">A) NÃO</td></tr><tr><td data-bbox="300 1301 419 1413">()</td><td data-bbox="419 1301 1524 1413">B) SIM.</td></tr></table>	(x)	A) NÃO	()	B) SIM.
(x)	A) NÃO					
()	B) SIM.					
<p>3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA*</p>	<p>OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;</p> <p>3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;</p> <p>3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);</p> <p>3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o MPBA, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;</p>					



3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contra;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo MPBA não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao MPBA e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao MPBA todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do MPBA;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo MPBA, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o MPBA;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao MPBA qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):

(x) **A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.



	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE*	OBRIGAÇÕES GERAIS 3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado; 3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento; 3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual; 3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; 3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.	
	OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):	
	(x)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.
	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar: Não se aplica
3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):	(x)	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	()	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: ➤ Percentual exigido: () 5% (cinco por cento) <u>OU</u> () Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento) ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor unitário	Valor total por item
1	Estudo do processo	horas	4	350,00	1.400,00
2	Elaboração da cotação de preço		0,5	350,00	175,00
3	Levantamento das tabuas atuariais		4	350,00	1.400,00
4	Elaboração das planilhas de atualizações monetárias		8	350,00	2.800,00
5	Inclusão da previsão dos valores de benefício inicial		4	350,00	1.400,00
6	Elaboração das planilhas de atualizações monetárias		6	350,00	2.100,00
7	Elaboração do Parecer/Laudo final		2	350,00	700,00
Valor Total dos itens					14.812,88

1.2 DETALHAMENTO – PRESTAÇÃO PARCELADA (Caso tenha sido assinalada a opção “B” do item 1.2 do TR):



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Não obstante já termos informando no procedimento do SEI 19.09.02349.0004666/2022-78, reitero que enviamos ofícios para os contadores relacionados e só obtivemos êxito nos dois orçamentos enviados, depois de várias tentativas. Um como pessoa Física (Pratícia Lorena, CPF: 537.094.205-63) e outro como Pessoa Jurídica Sr MIGUEL ÂNGELO NERY BOAVENTURA, (Boaventura Contabilidade CNPJ: 45.055.276/0001-05).

Referente aos orçamentos, estão de acordo ao quanto solicitado, salientando que o da Sra. Lorena corresponde aos anseios desta promotoria.

Nesta oportunidade, solicito o Sr. HERBERT que extraia do expediente as notificações enviadas para os contadores indicados pelo Conselho regional.



Documento assinado eletronicamente por **Thelma Leal de Oliveira** em 31/03/2022, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0327406** e o código CRC **E2C94909**.

Re: Ofício MPBA / 3ª PJC / SOLICITAÇÃO

Patricia Lorena Katz Villa Flor de Lucena <patriciakatzlucena@gmail.com>

Seg, 29/11/2021 10:09

Para: Herbert Rodrigo Pereira Gaspar <herbert.gaspar@mpba.mp.br>

Prezado Sr. Herbert Gaspar,

Em atenção à solicitação da Promotora Dra. Thelma Oliveira, esta perita se manifesta para apresentar proposta de cotação para realização de perícia contábil e atuarial, na área de direito previdenciário - fundo de pensão - plano de previdência privada Brasilprev, conforme processo n. 003.9.105890/2021.

Caso seja aceita a proposta serão solicitados novos documentos às partes.

Cordialmente;

Patricia Lucena
Perita e Consultora Contábil
CRC/BA: 031168/O-6
(71) 99954-2797 (Vivo)
(71) 3011-1571

AVISO LEGAL

Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for o destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

DISCLAIMER

This message is exclusively destined to the person(s) to which it is addressed, and it may contain confidential and/or legally privileged information. If this message is not addressed to you, you are notified from now on to do not disclose, copy, distribute, examine or, in any other way, use the information contained in this message, considering that it is illegal. In case you received this message due to an error, we beg you to return this E-Mail, immediately promoting the elimination of its content from your database, records or control system.

Em sex., 12 de nov. de 2021 às 08:44, Herbert Rodrigo Pereira Gaspar <herbert.gaspar@mpba.mp.br> escreveu:

**Ofício nº 2354/2021 - PJC****Referência: Autos nº 003.9.105890/2021 – 3ª PJC**

Salvador/BA, 12 de novembro de 2021

*à Ilma. Sra.***PATRÍCIA LUCENA*****Perita Contábil******E-mail: patriciakatzlucena@gmail.com******Assunto: PERÍCIA CONTÁBIL – DIREITO PREVIDENCIÁRIO***

Prezado Senhor,

DE ORDEM da Dra. Thelma Leal de Oliveira, 3ª Promotora de Justiça do Consumidor de Salvador, solicitamos que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a possibilidade de realização de perícia contábil, na área de direito previdenciário - fundo de pensão - plano de previdência privada BRASIL PREV - realizando-se cotação de preços. Cópia integral do procedimento em anexo.

A resposta deve ser encaminhada para o endereço eletrônico herbert.gaspar@mpba.mp.br.

Respeitosamente,

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

HERBERT RODRIGO PEREIRA GASPAR

ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO

MATRÍCULA Nº 353.209

RES: OFÍCIO nº 2122/2021 - AUTOS MP-BA nº 003.9.105890/2021 - 3ª PJC

MIGUEL ÂNGELO NERY BOAVENTURA BOAVENTURA <manboaventura@hotmail.com>

Qua, 27/10/2021 09:13

Para: Secretaria Processual das Promotorias do Consumidor da Capital <secretaria.pjconsumidor@mpba.mp.br>

Estimado Senhor,

Amarildo Barbosa dos Santos

Assistente Técnico-Administrativo

Promotorias de Justiça do Consumidor – Salvador (BA).

Em atenção ao seu e-mail da data de: 22.10.2021, venho informar o que se segue:

1. Não viazelei no processo, a indicação do índice e nem os juros para serem utilizados na atualização dos valores;
2. Não visualizei, uma planilha com os valores pagos mês a mês.

De qualquer forma, informo que para realizar a perícia, conforme determinação da Dra. Thelma Leal de Oliveira, os nossos honorários de acordo com a demanda do serviço a ser prestado, será de vinte salários mínimos, ou seja R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Atenciosamente obrigado,

MIGUEL ÂNGELO NERY BOAVENTURA – CRCBA06.606/O-2

Rua João de Barros, 701 – Centro – (75) 9.9133-7468 – (75) 3623-0777

Feira de Santana – Bahia

CEP: 44.001-408

De: [Secretaria Processual das Promotorias do Consumidor da Capital](#)

Enviado: sexta-feira, 22 de outubro de 2021 12:43

Para: manboaventura@hotmail.com

Assunto: ENC: OFÍCIO nº 2122/2021 - AUTOS MP-BA nº 003.9.105890/2021 - 3ª PJC

Ilmo. Sr. Miguel Ângelo Nery Boaventura,

DE ORDEM da Dra. Thelma Leal de Oliveira, 3ª Promotora de Justiça do Consumidor de Salvador, encaminhamos anexos Ofício nº 2122/2021 e cópia do Despacho, exarados nos autos em epígrafe, para providências que julgar pertinentes.

Para auxiliá-lo na resposta encaminhamos a seguir o link de acesso ao inteiro teor dos autos.



[IC_003.9.105890.2021.pdf](#)

Solicitamos confirmar o recebimento desta mensagem e encaminhar manifestação para o endereço eletrônico: secretaria.pjconsumidor@mpba.mp.br, com cópia para: amarildo.santos@mpba.mp.br.

Cordialmente,

Amarildo Barbosa dos Santos

Assistente Técnico-Administrativo

Promotorias de Justiça do Consumidor - Salvador (BA)

Missão do MP-BA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certificamos, para os devidos fins, que procedemos à consulta da situação da contratada, **PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCENA**, CPF **537.094.205-63** no que diz respeito à eventual aplicação de sanção administrativa de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública (docs anexos - 0329106), não tendo sido encontrados registros neste sentido. Ressaltamos, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, que após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 01/04/2022, às 16:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0329034** e o código CRC **D32E0DFD**.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCENA**

CPF/CNPJ: XXXXXXXXXX

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:04:15 do dia 01/04/2022, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: P0S7010422160415

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/04/2022 às 16:04) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº [REDACTED]

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6247.4CC5.0D71.9877 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:CPF / CNPJ: XXXXXXXXXX**LIMPAR****Data da consulta:** 01/04/2022 16:03:52**Data da última atualização:** 01/04/2022 12:00:08

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

Comprasnet.Ba**Relação de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar**

Natureza Jurídica: Pessoa Física

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Tipo de Suspensão: Todas

Razão Social	CNPJ/CPF	Portaria	Prazo	Expiração
--------------	----------	----------	-------	-----------

[Voltar](#)

Governo do Estado da Bahia



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação, encaminhado pela **Coordenação de Serviços Gerais**, para contratação de perícia contábil na área previdenciária para fins de instrução do Inquérito Civil Nº 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de mercado entre os fornecedores da localidade, sendo obtidas 02 (duas) propostas de preço, conforme manifestação 0327406 da Promotora de Justiça, Dra. Thelma Leal de Oliveira. Deste modo, indicou-se como Contratada a Sra. **PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCENA**, pelo preço proposto de **R\$ 14.812,88 (catorze mil, oitocentos e doze reais e oitenta e oito centavos)** equivalente a prestação dos serviços, conforme proposta 0307732.

Registra-se que após análise da instrução do processo em epígrafe, o mesmo está em conformidade e que não haverá celebração de contrato. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que em que pese as especificidades observadas na execução do objeto contratado, o instrumento formal de contrato não é obrigatório, conforme disposto no artigo 132 da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005, de modo que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Diante do exposto, encaminhe-se o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 01/04/2022, às 16:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0329232** e o código CRC **4E7F61A8**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando as informações prestadas pela DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios - doc.0329232, autorizo a dispensa de licitação em favor da Sra. **PATRICIA LORENA KATZ VILLA FLOR DE LUCENA**, no valor de **R\$ R\$ 14.812,88 (catorze mil, oitocentos e doze reais e oitenta e oito centavos)**, para prestação de serviços de perícia contábil na área previdenciária para fins de instrução do Inquérito Civil Nº 003.9.105890/2021, em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Welington Silveira Soares** em 04/04/2022, às 09:47, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0329252** e o código CRC **0A833DE0**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação de Execução Orçamentária Administrativa para providências cabíveis, tendo em vista que a dispensa de licitação relativa à contratação de perícia contábil na área previdenciária para fins de instrução do Inquérito Civil Nº 003.9.105890/2021 em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor foi autorizada pela Superintendência de Gestão Administrativa em 04/04/2022, conforme despacho 0329252.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 04/04/2022, às 10:45, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0329843** e o código CRC **1D0141EC**.



SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.22.0000088-3
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	Objeto: CONTRATAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA PARA FINS DE INSTRUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.105890/2021 EM TRÂMITE NA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR. DADM-22/2022.SEI Nº 19.09.02349.0004666/2022-78.
Data do Cadastro: 05/04/2022	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: MARIA AMALIA BORGES FRANCO	E-mail Responsável pela Unidade: AMALIA@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 7131030122
Valor da SRD (R\$) *** 14.812,88	QUATORZE MIL E OITOCENTOS E DOZE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS *** **	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	14.812,88

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO

Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	-90.698,78	14.812,88	-105.511,66



INT		Instrumento Contratual		40101.0003.22.0000072-2	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo de Despesa: Compras e Serviços					
Tipo Instrumento: Ordem de Execução de Serviço		Número da LID: 40101.0003.22.0000078-1		Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL NA ÁREA PREVIDENCIÁRIA PARA FINS DE INSTRUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.105890/2021 EM TRÂMITE NA 3ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR. DADM-22/2022.SEI Nº 19.09.02349.0004666/2022-78.					
Data Celebração: 10/03/2022		Data Publicação no DOE: 10/03/2022		Nº do Instrumento no SIGAP: Nº do Contrato/Convênio:	
Data Início: 05/04/2022		Data Término: 31/12/2022		Nº SRD: 40101.0003.22.0000088-3	
Situação: Ativo					
Nome da Unidade Administrativa (UA): DADM					
Responsável pela UA: MARIA AMALIA BORGES FRANCO					
Email do Responsável pela UA: AMALIA@MPBA.MP.BR				Telefone do Responsável pela UA: 7131030122	
Valor total do Instrumento (R\$) *** 14.812,88				QUATORZE MIL E OTOCENTOS E DOZE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS *** **	

LOTES						
Número do Lote:	Valor do Lote:	Lei Anticalote?:	Retenção da Lei Anticalote:	Tipo de Documento AFM/APS:	Número do Documento AFM/APS:	Valor do Documento AFM/APS:
1	14.812,88	Não				0,00

DADOS CREDOR			
Código:		2017197021	
Nome:		Patricia Lorena Katz Villa Flor De Lucena	
CPF/ CNPJ:		00.053.709/4205-63	Insc. Estadual: 0505237326
Responsável no Credor:		Patricia Lorena Katz Villa Flor De Lucena	E-mail Responsável: PATRICIAKATZLUCENA@GMAIL.COM

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Exercício:	Dotação Orçamentária:	Tipo de Gasto:	Valor (R\$):
2022	40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1	GERAL	14.812,88

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2000.9900.33903600.0100000000.1		
Parcela:	Data Vencimento:	Valor (R\$):
1	05/04/2022	1.645,88



2	05/05/2022	1.645,88
3	05/06/2022	1.645,88
4	05/07/2022	1.645,88
5	05/08/2022	1.645,88
6	05/09/2022	1.645,88
7	05/10/2022	1.645,88
8	05/11/2022	1.645,88
9	05/12/2022	1.645,84